

## Dignitatis – Assessoria Técnica Popular

Ao Secretário Executivo Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH 1889 F Street, NW, Washington DC, 20006 EUA

Por Fax: 001-202-458-3992 Email: cidhoea@oas.org

04 de maio de 2011

Estimado Sr. Secretário.

A **Dignitatis – Assessoria Técnica Popular** vem, por meio desta, manifestar apoio irrestrito à decisão dada por esta Honorável Comissão, datada de 1º de abril de 2011, garantindo as medidas cautelares (MC-382-10) em prol das comunidades tradicionais gravemente ameaçadas pela construção do Complexo Hidrelétrico Belo Monte, no estado do Pará, Brasil.

A Dignitatis é uma organização não governamental que há mais de 10 anos atua na defesa e promoção dos direitos humanos nacional e internacionalmente, prestando assessoria aos movimentos sociais.

Tendo em vista a seriedade dos últimos acontecimentos envolvendo o Governo Brasileiro e a violação de direitos humanos no Pará com a construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte vimos nos manifestar em apoio à decisão desta comissão e aos direitos humanos dos povos efetados por essa construção, além repúdio à decisão do Governo Brasileiro de suspender o repasse de verbas à OEA.

Consideramos que a atitude do Governo Brasileiro é o retrato de uma política retaliadora e vingativa, que significa um retrocesso nas relações internacionais de proteção aos Direitos Humanos que estão se construindo na América Latina e que demonstram nitidamente como o Estado Brasileiro vem realmente pautando as políticas de direitos humanos no Brasil.

Apesar das reações abruptas e das retaliações do governo brasileiro em face da referida decisão, a sociedade civil tem aclamado e apoiado o posicionamento da Comissão Interamericana, pois a construção de Belo Monte representa uma afronta aos direitos humanos de diversas comunidades. O Brasil é signatário dos tratados internacionais sob os quais assumiu o compromisso de respeitar os direitos humanos de todas as pessoas em seu território.

Conforme amplamente demonstrado na resolução de medidas cautelares, além de vários informes de equipes técnicas do próprio governo federal, de cientistas, do Ministério Público Federal (MPF) e do Conselho de Defesa dos



## Dignitatis - Assessoria Técnica Popular

Direitos da Pessoa Humana (CDDPH),¹ existem evidências abundantes que comprovam, de forma irrefutável, que o planejamento e licenciamento do Complexo Belo Monte têm envolvido sérios atos de descumprimento da legislação brasileira, de acordos internacionais referentes ao consentimento prévio livre e informado das comunidades afetadas, dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente.

Caso o empreendimento venha a ser construído esta situação certamente resultará em irremediáveis violações aos direitos de comunidades indígenas (inclusive grupos indígenas que vivem em isolamento voluntário) e outras populações locais ameaçadas.

Em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal no último sete de abril, em Belém, Pará,² aprovou-se um manifesto em apoio à vossa decisão de solicitar ao governo brasileiro a suspensão imediata do processo de licenciamento da obra em função do potencial prejuízo que a construção da usina poderá trazer aos direitos das comunidades tradicionais da bacia do rio Xingu.

Considerando a gravidade deste assunto, gostaríamos de deixar expresso e claro que o governo brasileiro tem ignorado e desrespeitado a vontade das comunidades e do conjunto da sociedade brasileira, a qual reconhece a gravidade dos impactos e violações que a obra de Belo Monte acarretarão e também reconhecem a importância de que os afetados sejam devidamente consultados. Assim, expressamos nossa **indignação** frente à postura do Estado Brasileiro neste momento crítico e manifestamos nosso completo apoio à decisão de suspender imediatamente as obras e o processo de licenciamento da UHE Belo Monte.

Agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,

Tatyane Guimarães Oliveira Dignitatis - Assessoria Técnica Popular

latyano Molime

 $<sup>^1\</sup> http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-04-13/conselho-de-direitos-humanos-aponta-ausencia-absoluta-do-estado-em-belo-monte$ 

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> http://www.xinguvivo.org.br/2011/04/13/audiencia-publica-aprova-manifesto-em-apoio-a-oea/